

# LUTA: ANISTIA A POLICIAIS DO MASSACRE DO CARANDIRU AVANÇA NA CÂMARA



Avançou na Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (02/08), o projeto de lei que concede anistia aos 74 policiais que atuaram no massacre do Carandiru, em 1992.

A proposta, de autoria do deputado Capitão Augusto (PL-SP), teve relatório favorável do deputado Sargento Fahur (PSD-PR) e foi aprovada na Comissão de Segurança Pública, apesar de duas tentativas para que a deliberação fosse postergada.

Ainda não há parecer da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça da Câmara). Para ser aprovado, o texto ainda precisa ir a plenário.

*"Mesmo após quase três décadas [os policiais] ainda sofrem perseguição política ideológica e enfrentam condenações sem a observância mínima das garantias constitucionais"*, argumentou o relator em favor do projeto.

O relatório foi aprovado de forma simbólica (quando não há votação individual por cada um dos deputados), com apenas uma abstenção, de Marcel van Hattem (Novo-RS).

A sessão teve 41 presentes e apenas seis faltas, apesar da proximidade com o período eleitoral, que costuma esvaziar as atividades do Congresso.

O massacre do Carandiru ocorreu no dia 2 de outubro de 1992, quando uma briga deu início a um conflito generalizado no pavilhão 9 do centro de detenção em São Paulo. Forças policiais invadiram o local e mataram 111 presos, cada um com uma média de cinco tiros. Nenhum policial morreu.

Os detentos sobreviventes ainda foram obrigados a tirar as roupas e passar por um corredor polonês formado por PMs. Depois, foram convocados para ajudar a empilhar os corpos.

Ao todo, 74 policiais militares foram condenados, em cinco diferentes júris, entre 2013 e 2014, com penas que variavam entre 48 e 624 anos de prisão. Em todos eles, o júri votou pela condenação dos réus.

Em 2016, no entanto, o Tribunal de Justiça de São Paulo anulou as condenações. Em 2018, a Justiça paulista voltou a analisar o caso e manteve a anulação das condenações.

Em 2021, as condenações foram restabelecidas pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça), mas há quem defenda que as penas ainda podem ser revistas.

*"Esse caso se tornou um dos imbróglis jurídicos mais longos da história desse país"*, diz o texto do relatório do projeto.

À época, o procurador-geral de Justiça de São Paulo, Mario Sarrubbo, afirmou que o acórdão do

STJ trata um aspecto específico do tema, mas que existem outros aspectos que podem ser debatidos no Tribunal.

Outros procuradores ouvidos discordaram. Para eles, o TJ só pode retomar o caso para mudar a dosimetria das penas aplicadas.

Para o então secretário da Justiça de São Paulo, Fernando José da Costa, o fato de ainda não haver uma decisão final sobre o massacre do Carandiru "*é muito ruim para sociedade, é muito ruim para as vítimas e para os familiares das vítimas, bem como para as pessoas averiguadas*".

Foto: Divulgação

<https://jornalpanfletus.com.br/noticia/3250/luta-anistia-a-policiais-do-massacre-do-carandiru-avanca-na-camara> em 08/07/2024 05:20